

AS ORIGENS DA NOÇÃO DE “FRONTEIRAS MÓVEIS”

Limites Políticos e Migrações nas Geografias de

Friedrich Ratzel e Élisée Reclus *

Federico Ferretti **

Resumo: Élisée Reclus e Friedrich Ratzel são considerados dois dos mais importantes geógrafos europeus da segunda metade do século XIX. Habitualmente, a literatura apresenta-os como adversários: de um lado, o anarquista; de outro, o conservador. O presente artigo questiona este lugar comum abordando-os por meio de um diálogo conceitual indireto. Para ambos, as fronteiras são invenções humanas, entidades artificiais e, portanto, jamais fixadas em definitivo. Conforme Reclus e Ratzel, fronteiras estão sempre sujeitas a modificações à luz do processo histórico.

Palavras-chave: Élisée Reclus; Friedrich Ratzel; fronteiras; política; História do Pensamento Geográfico.

THE ORIGINS OF THE IDEA OF “MOBILE BORDERS” POLITICAL LIMITS AND MIGRATIONS IN FRIEDRICH RATZEL’S AND ÉLISÉE RECLUS’ GEOGRAPHIES

Abstract: Élisée Reclus and Friedrich Ratzel are considered two of the most important European geographers of the second half of the 19th century, and geographical literature presents them, generally, as adversaries: on the one side, the French anarchist, on the other side, the conservative German. This paper questions this commonplace of disciplinary history, dealing with their interdisciplinary dialogue on a common aspect of their geographical conceptions: the idea that borders are humane inventions, and thus never definitively fixed. According to Reclus and Ratzel, borders are always liable to modification in the historical process.

Keywords: Élisée Reclus; Friedrich Ratzel; borders; politics; History of Geographical Thought.

* Versão original: *À l’origine de l’idée de “frontières mobiles”: limites políticos e migrações nas geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus*. Apresentado no *Colloque international BRIT 2011- La frontière mobile*, Genève-Grenoble, 6-9 setembro 2011. Tradução: Guilherme Ribeiro (LAPEHGE/UFRRJ).

** Doutor em Geografia pela Universidade de Paris e pela Universidade de Bologna. Professor Adjunto de Geografia da UNILA. Membro do Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ). Email: federico.ferretti@unige.ch

À L'ORIGINE DE L'IDEE DE « FRONTIERES MOBILES »
LIMITES POLITIQUES ET MIGRATIONS DANS LES GEOGRAPHIES DE
FRIEDRICH RATZEL ET D'ÉLISÉE RECLUS

Résumé: Élisée Reclus et Friedrich Ratzel sont considérés comme deux des plus importants géographes européens de la seconde moitié du 19e siècle, et la littérature géographique les présente normalement comme adversaires : d'un côté l'anarchiste français, et de l'autre côté le conservateur allemand. Cet article questionne ce lieu commun de l'histoire disciplinaire en abordant leur dialogue indirect sur un point commun entre leurs respectives conceptions géographiques : la considération des frontières comme inventions humaines, entités artificielles et pour cela jamais fixées définitivement. D'après Reclus et Ratzel, les frontières sont toujours sujettes à des modifications à l'échelle de l'histoire.

Mots-clés: Élisée Reclus; Friedrich Ratzel; frontières; politique; Histoire de la Pensée Géographique.

Introdução e problemática científica

Élisée Reclus (1830-1905) e Friedrich Ratzel (1844-1904) são considerados como dois dos mais importantes geógrafos europeus da segunda metade do século XIX. Contemporâneos, um fazia menção ao outro, mas sem muito entusiasmo. Todavia, a análise de seus textos mostra que eles partilhavam muitas idéias referentes à teoria e ao método geográficos, algo que ocorria em virtude da referência comum a ambos: o modelo elaborado por Carl Ritter.

O presente artigo aborda como Reclus e Ratzel representavam as *fronteiras*. Embora suas intenções políticas sejam opostas, tais representações são muito semelhantes. Militante anarquista e exilado, Reclus imagina a dissolução das fronteiras de sua época e a constituição de uma federação europeia ideal, ponto de partida de uma desejada "federação universal". Politicamente sensível ao patriotismo alemão de sua época, Ratzel questiona as fronteiras estatais existentes para oferecer um novo espaço a uma expansão "natural" do povo alemão. Entretanto, eles compartilham a mesma crítica geográfica da fronteira fixa e linear, assim como seu estabelecimento sobre limites pretensamente naturais. Segundo eles, o motor do dinamismo das fronteiras seria o deslocamento dos povos e a força de suas "vontades". Ambos sempre abordam as fronteiras como conceitos dinâmicos, complexos, geralmente incertos e difíceis de cartografar. É o caso das "faixas" fronteiriças, onde o espaço

adquire uma espessura e uma multiplicidade de nuances. Em todo caso, trata-se de fronteiras projetadas e potencialmente abertas a toda penetração humana e cultural. Quais são os desafios políticos mais profundos desse método geográfico, compartilhado por geógrafos de biografias tão distintas? No contexto da mundialização que caracteriza a articulação entre os séculos XIX e XX, qual o papel dos fluxos migratórios neste método? Nos atuais debates geográficos sobre fronteiras, qual conceito oriundo da noção de fronteiras móveis ainda podemos preservar? Tentaremos responder a estas perguntas interrogando os principais textos de Ratzel e de Reclus — com destaque para *Anthropogeographie*, *Politische Geographie* e *Nouvelle Géographie Universelle* —, além de contarmos com o apoio da literatura mais recente ao redor de tais obras⁸.

Reclus, Ratzel e a crítica às fronteiras estatais

Reclus e Ratzel já foram objeto de comparação tanto no que se refere às suas biografias (SANGUIN, 1990: 583 e 590) quanto às suas obras, notadamente *La Terre* e *Die Erde und das Leben* (idem, p. 587). Geralmente, considera-se que Ratzel, mais jovem, sentiu a influência reclusiana (RAFFESTIN, 1990: 8 [1980]). Destaca-se também suas ligações com o evolucionismo e, como já dissemos, Carl Ritter como referência comum aos dois. Por conta disto, Franco Farinelli define Reclus como “um Ritteriano de esquerda” e Ratzel um “Ritteriano de direita”, ambos compartilhando “a desconfiança, mais ou menos evidente, de se reduzir a Terra à imagem cartográfica, ao mapa como modelo — o que Ritter chamava de ditadura cartográfica” (FARINELLI, 2007: 35-36). Ainda segundo Farinelli, é com Reclus e Ratzel que se conclui a experiência da *Erdkunde*, compreendida como a tentativa de conceber uma geografia crítica que orientasse as escolhas da política e da sociedade porém sem subordinar-se a elas (FARINELLI, 2000, 2003).

Embora Reclus e Ratzel tenham recebido julgamentos díspares na historiografia disciplinar, um trabalho sistemático de exploração de suas obras e arquivos começou somente nos últimos anos. Ratzel foi alvo das mais graves acusações, pois durante

⁸ Para as citações das obras de Ratzel, optamos por utilizar, quando disponíveis, as edições em francês e em italiano, a fim de situar os leitores pouco familiarizados com o idioma alemão. As edições originais estão indicadas na bibliografia.

muito tempo foi considerado tanto representante do determinismo ambiental quanto precursor da geopolítica nazista de Karl Haushofer. Tais julgamentos já não estão presentes na historiografia mais recente (FARINELLI, 2000, 2003; MERCIER, 1990; MINCA, 2006; MÜLLER, 1992, 1997; RAFFESTIN, 1995; ROBIC, 1990; SANGUIN, 1990), embora se continue a grifar o contraste entre as concepções políticas de Reclus e Ratzel (EVA, 2001; PELLETIER, 2009).

Reclus aborda o problema das fronteiras na conferência internacional da *Ligue de la Paix et de la Liberté* (Liga da Paz e da Liberdade) ocorrida em Berna em 1868. Membro da corrente bakhuniana que, à época, desejava a adesão da Liga à *Association Internationale des Travailleurs* (Associação Internacional dos Trabalhadores), ele expõe seu conceito de federalismo inspirado simultaneamente na obra de Proudhon e em sua experiência como geógrafo. Suas afirmações não são desprovidas de originalidade: elas sustentam nada menos que a inexistência das próprias fronteiras.

Então eu lhes pergunto, Senhores: se os franceses da Alsácia não quisessem mais ser franceses e desejassem unir-se aos alemães; se os bascos do norte dos Pirineus quisessem unir-se aos espanhóis (hoje livres⁹), em nome de qual direito poderíamos impedi-los? (...) Se as fronteiras estatais dependem da vontade dos povos e devem ser modificadas conforme seus desejos, pode-se fazer o mesmo com as fronteiras, igualmente convencionais e que separam artificialmente os Estados em diferentes províncias (RECLUS *apud* NETTLAU, 1928: 207).

Aludindo às novas redes de comunicação e de comércio, acrescentou: “Não existe nenhuma fronteira natural. O próprio Oceano não separa mais os países!” (idem, p. 208). Nestas linhas, encontramos dois conceitos presentes nas principais obras de Reclus: a preeminência do elemento étnico (a assim chamada vontade dos povos) como motor do estabelecimento de fronteiras e a natureza artificial (e, mesmo, arbitrária) dos limites políticos e administrativos.

O primeiro estudo de caso no qual Reclus aplica tal método é a instituição francesa do *Département*, abordado desde sua *Introdução* (1869) ao *Dictionnaire géographique, administratif de la France* dirigido por Adolphe Joanne¹⁰. Ele esboça uma separação bastante nítida entre as subdivisões ditas naturais e as subdivisões ditas artificiais no interior do território francês. As naturais “não têm nada da regularidade banal que

⁹ A monarquia espanhola viria a ruir em setembro de 1868.

¹⁰ Texto assinado com seu irmão Elie e retomado em uma nova versão no ano de 1905.

compraz aos administradores: elas diferem em forma e dimensões e, em certos lugares, suas fronteiras mesmo desaparecem: é impossível reconhecer seus verdadeiros limites, que se misturam e se obliteram” (RECLUS, 1905: LII). Os critérios para apreender as regiões naturais são simultaneamente físicos e humanos, e sua definição não é considerada tarefa banal para o geógrafo. Os irmãos Reclus desmentem um lugar-comum bastante repetido a respeito dos cursos d’água como fronteiras naturais. Embora eles sejam muito úteis para marcar os limites nos mapas geográficos, os rios “não formam linhas de divisão geográfica, pois, em geral, eles antes unem que separam” (RECLUS [Elie e Élisée], 1869: LVI).

Encontramos aqui uma tradição geográfica que remonta a Estrabão: a tarefa do geógrafo seria ater-se “ao que pode ser definido do ponto de vista físico ou étnico, enquanto pode ser uma limitação esboçar as grandes linhas de demarcação que os príncipes introduzem conforme suas conveniências” (ESTRABÃO, *Géographie*, IV, 1, 1). Professor de Reclus na Universidade de Berlim, Ritter percebia a bacia fluvial como a base do recorte regional, retomando assim (embora de forma crítica) uma tradição que remonta a Philippe Buache. Mesmo não tendo conhecido Ritter pessoalmente, Ratzel retoma sua lição: “A Geografia política renunciou à opinião de que rios são fronteiras naturais; na realidade, eles são mais importantes como vias e, quanto mais ricos em comunicação, menos adaptados estão a servir de limites” (RATZEL, 1907: 740).

Segundo Reclus, o critério étnico está fundado sobre o que atualmente chamamos saberes vernaculares, pois os limites dos *départements* são “espontaneamente reconhecidos pelos próprios habitantes” (RECLUS [Elie e Élisée], 1869: LVI). Em termos físicos, o geógrafo pode percebê-los “simultaneamente pela formação geológica e pela configuração do solo, pela natureza e pela qualidade das colheitas, pela proximidade do mar e das montanhas: todos os fenômenos da terra e do clima” (idem). A fronteira administrativa, ao contrário, representa o despotismo e o centralismo: a importância política de negá-la explica-se também pela proximidade (muito forte nos meios socialistas da época) entre as lutas pelas causas nacional e social. Considerava-se que tais lutas também deveriam passar pela libertação das nacionalidades oprimidas pelos impérios austríaco, turco e russo na Europa Oriental. Não por acaso, Reclus atribui a natureza arbitrária dos limites departamentais

franceses diretamente a Napoleão I: “Ele simplesmente pegou um compasso e traçou uma circunferência no mapa. No meio ele instalou a caserna, a artilharia, um general e um prefeito” (RECLUS *apud* NETTLAU, 1928: 209).

Tal como observou Marie-Vic Ozouf-Marignier, a crítica reclusiana aos recortes departamentais fez escola, tornando-se praticamente um lugar-comum da geografia francesa nas décadas seguintes. “Efetivamente, a apreciação dos recortes em *départements* como uma operação arbitrária e artificial caracteriza muitas obras de geografia do mesmo período e mesmo obras posteriores. Desde 1877 Élisée Reclus associa, em uma mesma crítica, as circunscrições administrativas engendradas pela Revolução e as províncias do Antigo Regime, utilizando precisamente a palavra *arbitrário* (...) Na *Géographie Universelle* em 1948, Albert Demangeon ainda escrevia que a divisão departamental permanecia um tipo artificial de divisão” (OZOUF-MARIGNIER, 1992: 295-296).

Em suma, as fronteiras estabelecidas pelo geógrafo não correspondiam às fronteiras existentes: comumente, elas eram fronteiras imaginadas ou desejadas, cuja natureza talvez fosse étnica e física ao mesmo tempo.

A natureza da fronteira e sua espessura

Nas primeiras páginas de sua obra-prima *Nouvelle Géographie Universelle*, Reclus encontra-se diante do problema de definir as fronteiras da Europa, ciente que o recorte das regiões geográficas não é uma operação neutra. Definida quase como uma ilha da Ásia, o problema da Europa é, essencialmente, considerar um limite terrestre entre esta quase ilha e o grande corpo continental asiático. Desde o século XVIII, a convenção corrente entende como limite a cadeia dos Urais. No entanto, ela é fruto de uma invenção histórica e cultural bem precisa, quer dizer, o reconhecimento, por parte dos Iluministas, da política efetuada pelo czar Pedro, o Grande, e seus colaboradores (incluindo o geógrafo Tiatščev) visando representar a Rússia como uma nação européia. Foi com Ritter que a geografia crítica começou a questionar tal convenção. Em sua célebre lição *Grenzen von Europa (Fronteiras da Europa)*, ele relativiza-a sustentando que é preciso optar entre uma fronteira histórico-política e uma fronteira física: “Os limites Orientais da Europa são uma questão relativa, e não absoluta, conforme referimo-nos à análise das fronteiras dos povos, dos Estados ou da

Natureza” (RITTER, 1863: 54). Sob a ótica histórica, os deslocamentos dos povos nômades e, em seguida, a expansão em direção ao leste dos impérios de Kiev, Novgorod e Moscou, tornam aquela convenção nada menos que uma “fantasia doutrinária” (idem, p. 55).

Reclus inicia sua construção histórica citando Heródoto, para quem os limites marítimos da Europa passavam pelos Mares Egeu, Negro e Bósforo, enquanto a fronteira terrestre oscilava entre o vale do Fasi (atual Geórgia) e o Cáucaso: é a delimitação de Estrabão, passando “pelo palude Meótido e o curso do rio Tanaïs” (RECLUS, 1876: 9.), ou seja, o Mar de Azov e o rio Don, que será a mais retida nos séculos seguintes. Além disso, haviam terras desconhecidas e quase inacessíveis, mas a idéia de uma passagem setentrional terrestre entre a Europa e a Ásia ainda não, pois supunha-se a existência de um mar hiperbóreo separando os continentes. No tempo de Reclus foram encontradas provas geológicas da existência de uma única bacia ocupando a área outrora compreendida entre o Mar de Azov e o Mar Cáspio — espaço estudado por Piotr Kropotkin, um dos colaboradores da *Nouvelle Géographie Universelle*. “Na Ásia Central Ocidental temos, no lago Aral e no mar Cáspio, apenas pequenos resquícios da imensa bacia marítima que ocupava o lugar agora tomado pelo deserto turcomano. De fato, as evidências deixadas pelos antigos gregos e pelos geógrafos árabes são indubitáveis” (KROPOTKIN, 1904: 723).

O recorte de Estrabão será preservado em várias representações das épocas medieval e moderna. As obras de Abraham Ortelius e de Thomas Munster no século XVI mencionavam o mesmo limite entre o mar de Azov e o rio Tanaïs. Em seguida, Reclus aborda o século das Luzes, momento em que “os limites traçados entre a Europa e a Ásia pelos geógrafos modernos foram projetados mais a leste” (RECLUS, 1876: 10). Do ponto de vista físico, entre as massas continentais da Europa e da Ásia era complicado visualizar rupturas significativas. “O contraste entre as duas partes do mundo é bastante considerável para que a ciência deixe de dividir a Europa e a Ásia em duas massas continentais. Porém, onde se encontra a verdadeira linha de separação?” (idem). Reclus achava que o geógrafo tinha de encontrar uma solução, mesmo se ele afirma, aderindo ao julgamento de Ritter que “agora o limite entre a Europe e a Ásia não pode ser senão uma linha ideal ou puramente convencional” (RECLUS, 1880: 280). Porém, como já mencionado, o geógrafo não é obrigado a reter os acasos da política,

ao passo que “normalmente os cartógrafos se detém nos limites administrativos que comprazem ao governo russo traçar entre suas imensas possessões européias e asiáticas, ou seja, eles se conformam a caprichos” (RECLUS, 1876: 10). Eis uma definição dos limites administrativos à feição de um geógrafo anarquista.

Como as montanhas pouco elevadas dos Urais jamais impediram o deslocamento dos povos, Reclus também questiona a idéia geral de que uma cadeia de montanhas seja a fronteira natural ideal. “Essa divisão, que parece mais razoável à primeira vista, não é, porém, menos absurda: as duas vertentes de uma cadeia montanhosa não poderiam ser designadas como pertencentes a uma formação diferente e, mais comumente, elas são habitadas por povos de mesma origem” (idem). Qual é, então, a solução proposta pelo geógrafo? De modo provocativo, pode-se dizer que ele propõe recuperar os limites estabelecidos pelos antigos gregos em torno do mar hiperbóreo. “A verdadeira zona de separação entre Europa e Ásia não é constituída pelo sistema de montanhas, mas, ao contrário, por uma série de depressões outrora inteiramente preenchidas pelo braço marítimo que ligava o Mediterrâneo ao Oceano Glacial” (idem). Trata-se de uma depressão que partia do Mar de Azov e do baixo curso do Don, contornava os Urais ao norte e o Cáucaso ao sul e unia-se à bacia do Obi-Tobol entre o Mar Cáspio e o Mar de Aral abaixo do nível do mar. Então ela corria paralela aos Urais uma centena de quilômetros a leste até o Mar Ártico. Reclus retomará tal questão no quinto volume de sua obra, consagrado à Rússia.

A leste e a sudeste, a Rússia européia confunde-se com a Ásia e, mesmo em termos convencionais, não se sabe onde traçar o limite de separação (...) Sem dúvida, os rastros deixados pelos antigos mares designam como um limite natural bem demarcado a depressão ponto-caspiana que, no passado, preenchiam, ao sul e a leste dos Urais, as águas dos estreitos reunindo o Mar Cáspio e o Mar Aral ao golfo de Ob (RECLUS, 1880: 279-280).

Por ora, destacaremos apenas que a divisão Europa-Ásia, tal como concebida pelos atlas, ainda é problemática (GRATALOUP, 2009: 13-21), uma vez que a expansão a oeste da União Européia vem novamente questionar a europeidade da Rússia ou, talvez, afirmar a da Turquia. Em suas *Leçons* sobre a Europa em meados do século XX, o historiador Lucien Febvre mencionava a linha dos Urais, “limite absurdo e, aliás, obsoleto” (FEBVRE, 1999: 127).

Agora, importa considerar que esta fronteira não é uma linha, mas uma faixa de espessura de várias dezenas de quilômetros. Para estabelecer uma delimitação entre Europa Oriental e Europa Ocidental, Reclus recorre mais uma vez a uma depressão, correspondente a uma das que o historiador Fernand Braudel chamará de “istmos” mediterrâneos, ou seja, “a região onde passa a via histórica entre o Mar Negro e o Mar Báltico (...), depressão que divide o continente em duas metades e onde se misturam as fontes do Vístula e de seus afluentes com as do Dniestr e do Dniepr” (RECLUS, 1880: 308-309). Para Farinelli, istmos são fronteiras “aparentemente menos categóricas, pois não correspondem a nenhum limite material visível” (FARINELLI, 2003: 112). Entretanto, nem por isto são menos importantes pois, como toda Europa vivenciou na segunda metade do século XX, a cortina de ferro passava exatamente pelo istmo entre o Adriático e o Báltico. Notemos que a região fronteira do Mar Negro à Polônia traçada por Reclus corresponde mais ou menos aos atuais limites orientais da União Européia, demonstrando a durabilidade histórica das fronteiras não-convencionais estabelecidas pelos geógrafos.

A propósito da zona e da borda fronteiriças, é preciso resgatar Ratzel para encontrar uma definição teórica. Na *Anthropogeographie*, ele afirma que para representar fronteiras étnicas ou linguísticas “uma única linha jamais será suficiente mas, pelo menos, duas, capazes assim de fechar uma borda fronteira” (RATZEL, 1914: 261 [1899]). O geógrafo alemão analisa a fronteira linear como uma convenção que não existe em si e que, na maioria dos casos, não corresponde às reais dinâmicas das fronteiras — que, por natureza, são fluidas.

Quer sejam determinadas por cientistas após mensurações ou pela diplomacia após acordos, essas divisões sempre são objetos irrealis (...), ao passo que a verdadeira fronteira, por sua própria essência, não é definida nitidamente e, portanto, não se pode determiná-la com exatidão (idem, p. 264).

A idéia de fronteira é melhor representada pelo conceito de região que pelo de limite. Mesmo no que diz respeito ao litoral, normalmente apontado nos mapas como a fronteira mais precisa, Ratzel afirma que não se pode considerá-lo “como limites lineares (...), mas sim como uma superfície, notadamente porque ele é a sede do homem” (ibidem, p.284). Assim, ele refere-se antes à *região litorânea* que *linha litorânea*.

Ratzel explicita melhor tais conceitos em sua obra seguinte, *Politische Geographie* (1897), onde aborda a questão das fronteiras políticas e o futuro das mesmas, distinguindo desde o início linha fronteira (*trennende Linie*) de zona fronteira (*Saum, Grenzsäum*). Apresenta como exemplo a fronteira étnica entre italianos e alemães nos vales entre Trento e Bolzano, onde é possível passear por muito tempo sem constatar uma nítida distinção paisagística. “Não se observa o limite, mas apenas as manifestações isoladas de sua presença. Se quiséssemos indicar em um mapa esta fronteira tal como ela era percebida, seria preciso desenhar uma faixa imprecisa, mais ou menos ampla, para descrevê-la” (RATZEL, 1988: 330 [1897]). Isto significa que tanto na natureza como na humanidade os limites dos fenômenos e dos deslocamentos não são representáveis por simples linhas traçadas em um mapa. A situação é sempre mais complexa, e as fronteiras entre os povos são as mais nuançadas. Para Ratzel,

o limite fronteiro é apenas uma abstração devido ao fato de que, quando um corpo está em contato com outro, ele sofre alterações que obrigam a distinguir a periferia de seu núcleo. Seria correto considerar a transcrição da fronteira russa na Ásia Central como simples deslocamento de uma linha ? (...) Por causa da fronteira política, os movimentos populacionais são interrompidos por meio da força dos tratados (idem).

Portanto, diferencia-se o movimento [*Bewegung*] “natural” dos povos da fronteira estatal e diplomática que estaciona e impede este movimento. Em geral, afirma-se que “a zona fronteira representa a coisa real e a linha fronteira sua abstração. Esta pode ser desenhada, memorizada, mensurada, enquanto a primeira é indeterminada por natureza” (ibidem).

Para Ratzel, a fronteira deixa de ser fluida quando os Estados estabelecem entre eles fronteiras muito simples e bem guardadas, tal como no exemplo (frequentemente evocado) da fronteira franco-alemã. Entretanto, na época, “entre certos Estados africanos e asiáticos, a realidade concreta e mensurável da zona fronteira” (idem, p.331) ainda é evidente. Aliás, esta zona permanece a melhor forma de desenhar as fronteiras étnicas — para além do que Ratzel, associando-se à advertência de Reclus, considera como contingências históricas. “Acostumamo-nos à fronteira política como sendo um dado histórico, mas o fato de que a fronteira étnico-linguística, por exemplo, deva ser representada por uma linha é admissível somente a título de

simplificação ou de grosseiro esboço” (idem). É igualmente com Ratzel que os críticos passaram a considerar a existência de uma ligação entre o conceito de espessura das fronteiras e sua mobilidade. No registro de Paul Guichonnet e Claude Raffestin, “(...) para Ratzel a fronteira é menos uma linha que uma zona cuja formação seja acompanhada de atividade, agitação e disputa e que, por conseguinte, é movente” (GUICHONNET & RAFFESTIN, 1974: 30).

As fronteiras móveis

Em correspondência de 1882 ao cartógrafo Paul Pelet, que lhe solicitava obras de geografia sobre migrações, Reclus aconselha que o amigo leia a tese de um jovem geógrafo de Leipzig, *Die chinesische Auswanderung: ein Betrag zur Kultur und Handelsgeographie*. “Além do velho livro de Jules Duval e da obra mais recente de Ratzel, não conheço outras obras escritas e referências para questões de migração senão relatórios oficiais (*blue books*), recortes jornalísticos e as mil indicações contraditórias da estatística corrente”¹¹. Eis a única menção a qualquer interesse crítico que Reclus tenha consagrado a Ratzel, e talvez não seja por acaso que ela seja encontrada apenas em sua correspondência inédita. Na obra de Ratzel, por sua vez, as únicas citações a Reclus que localizamos não são muito interessantes, vinculando-se normalmente antes a pequenas questões de detalhe que problemas substanciais.

Contudo, isto é o bastante para demonstrar que os dois geógrafos liam um ao outro: em outra ocasião, defendemos que, embora Reclus tenha sido mais econômico em matéria de escritos teóricos, muito do que Ratzel teorizara já havia sido aplicado na *Nouvelle Géographie Universelle* (FERRETTI, 2011). A tomar seus comentários sobre a situação política européia no último quartel do século XIX, percebemos que, guardados seus diferentes pontos de vista, ambos exprimem idéias muito semelhantes da fronteira como entidade móvel.

Na *Nouvelle Géographie Universelle* Reclus aborda os limites então existentes entre as nações européias, confirmando sua idéia segundo a qual as fronteiras devem levar em conta dados étnicos e físicos ao mesmo tempo. Como as fronteiras estão em desacordo não apenas com a natureza, mas também com a vontade dos povos, Reclus

¹¹ Bibliothèque Nationale de France, Nouvelles Acquisitions Françaises, 16798 f. 34, *Lettre d'É. Reclus à P. Pelet, 5 déc. 1882*.

anuncia fácil profecia sobre a proximidade de uma alteração fronteiriça entre os Estados europeus : “Quanto às divisões políticas, elas realmente estão em dissonância com os limites naturais que poderiam ter se estabelecido pela escolha espontânea dos povos” (RECLUS, 1876: 30). Se o movimento populacional é um dado histórico que os geógrafos consideram, de qualquer forma, como “natural”, o deslocamento das fronteiras políticas é tido como um efeito dos acasos e dos caprichos da história diplomática. “As mil vicissitudes das invasões e das resistências e as barganhas da diplomacia frequentemente desmembraram os territórios europeus ao acaso” (idem). Estamos, portanto, no âmbito de uma geografia que aborda movimentos lentos porém constantes. “Procuraremos nos ater, principalmente, às divisões naturais tal como nos indicam, de uma só vez, o relevo do solo, a forma das bacias fluviais e o agrupamentos dos povos unidos pela origem e pela língua” (idem, p. 31). É interessante destacar que a idéia de “movimento histórico” citada simultaneamente por Ratzel e Reclus aplica-se a escalas temporais diferentes — tanto as do mundo natural quanto as do mundo humano.

Quanto a Ratzel, seus escritos teóricos bem poderiam ser considerados como leituras complementares a uma obra enciclopédica como a *Nouvelle Géographie Universelle*. Na *Anthropogeographie*, ele afirma que “a fronteira é, por sua natureza, móvel” (RATZEL, 1914: 260 [1899]), e não se pode considerá-la uma entidade fixa que, por ocasião “de suas pausas momentâneas ou da miopia de nossa compreensão (...), o deslocamento das fronteiras não pode ser separado do movimento, e, nisto, os fenômenos de natureza inorgânica e os de natureza orgânica se parecem completamente” (idem, p. 261).

Em *Politische Geographie* Ratzel desenvolve melhor este conceito consagrando um capítulo à noção de fronteira, definida inicialmente como “um produto do movimento” (RATZEL 1988: 332 [1897]). O primeiro exemplo deste movimento não é uma fronteira política, mas uma fronteira considerada natural por excelência: o litoral, onde as flutuações do limite entre a terra e o mar são devidas às marés e à erosão marinha.

Por todos os lugares onde, como no litoral, o movimento é um fenômeno necessário, a formação periférica também o é — a costa, que, sob influência incessante do movimento, evolui sem cessar, avança, recua (...) É

verdade que as mudanças sofridas pela geografia política parecem mais com um maremoto que com oscilações seculares (idem, p. 333).

Quando se tratava de mencionar uma quase-ilha, um estreito ou um istmo, o próprio Reclus geralmente notava que bastaria uma elevação ou um rebaixamento de algumas dezenas de metros do nível do mar bastariam para unir ou separar novamente ilhas e continentes.

Passando para o aspecto político da mobilidade das fronteiras, é Ratzel que observa o *status* geográfico particular da guerra, que “cola as fronteiras” (ibidem, p. 333) e determina, no direito internacional, uma suspensão temporária dos direitos fronteiriços pois, normalmente, a guerra é a premissa de uma alteração das fronteiras políticas. Todavia, conforme ele, a guerra não é um motor em si, mas um processo derivado do estímulo natural dos povos por seu espaço vital — conceito controverso que, no entanto, não se confunde com as assertivas da geografia alemã no século XX. Biólogo de formação, Ratzel compara a expansão dos povos com a das espécies vegetais tendo grupos e indivíduos pioneiros fora do território onde sua distribuição é contínua. Um exemplo é o das ilhotas alemãs na Eslovênia e na Boêmia. Como estas distribuições estão constantemente em movimento no decorrer da história, “a fronteira, pelas próprias características do que progride do interior para o exterior e também pelas características de seu ambiente, são, por essência, móveis” (ibid., p. 334). Em geral, Ratzel define fronteira como a própria expressão deste gênero de movimento. Sua forma também pode deixar transparecer as direções das mudanças ocorridas.

Se admitimos que a fronteira é a expressão periférica de uma difusão no espaço, então sua forma deixa transparecer a natureza desse movimento: ampliada se o crescimento for fácil e comprimida em caso de retenção, com uma trajetória tanto mais sinuosa à medida em que as condições forem mais cambiantes (ibid., p. 335).

Neste processo, a fronteira política chega a apresentar-se como uma fronteira dupla, pois somente existe fronteira simples quando uma entidade política não está em contato com outras regiões semelhantes:

a fronteira marítima é uma fronteira simples desde que a fronteira do país litorâneo não esteja diante de uma outra região política. Por outro lado, há

uma fronteira dupla cada vez que os mapas indicam com uma única linha a justaposição de duas entidades políticas, pois esta linha deve ser considerada como a fusão de duas fronteiras, o espaço intermediário tendo desaparecido no momento de estabilidade (ibid., p. 337).

Assim, o movimento das fronteiras políticas segue leis que parecem conduzi-las em direção a fases mais estáveis (da zona fronteira ao limite fronteira), chamadas por Ratzel de “tendência à simplificação, simplificação esta que traz consigo uma contração” (ibid., p. 344) pelo menos até que uma nova guerra ou uma nova perturbação venha novamente a questionar o equilíbrio.

Contudo, permanece uma diferença entre as linhas ásperas e tortuosas dos países europeus e as formas mais arredondadas dos Estados africanos — que não necessariamente conheceram o princípio da continuidade do território estatal. Ratzel fornece como exemplo a carta dos reinos de Wadai e de Darfour na região outrora conhecida como “Sudão”, considerada mais ou menos o que chamamos atualmente de “Sahel”. Como as questões referentes ao Darfour e ao Sudão do Sul possuem certa relevância para o entendimento de nossos dias, não é inútil lembrar a eficácia da geografia do fim do século XIX, cuja idéia de uma dinâmica de fronteiras ainda encontra várias confirmações nos atuais recortes espaciais. O próprio Reclus percebia neste lugar uma “entidade geográfica”, denominada por ele de “região dos rios” (correspondendo, hoje, mais ou menos ao novo Estado do Sudão do Sul). Em suas palavras, “na dinâmica histórica do continente os habitantes desta região tiveram um papel à parte: lá encontra-se a principal passagem entre a bacia do Nilo e a do Congo. Uma vez que a separação das águas não é indicada por nenhuma linha pluviométrica evidente, as migrações ocorrem sem dificuldade de uma vertente a outra” (RECLUS, 1885: 152).

No que concerne às fronteiras naturais, Ratzel dedica todo um capítulo de *Politische Geographie*. Exatamente como em Reclus, para o alemão a fronteira natural não define por si uma fronteira política, e mesmo sua definição não escapa às leis do movimento. “A fronteira natural é obra do domínio natural tomado no sentido biogeográfico mais amplo e, sob todos os seus aspectos, no interior da geografia política” (RATZEL, 1988: 349 [1897]). Entretanto, é sempre o movimento histórico que relativiza as “rupturas biogeográficas” tornando-as permeáveis — ainda mais em uma época onde os progressos das vias de comunicação eram espetaculares. Nos termos

de Ratzel, “mesmo os limites mais naturais como Himalaia ou Hinou-Kouch ainda oferecem passagens. Nos Alpes, o norte e o sul da Europa fazem encontrar não o que possuem de mais dessemelhante, mas o que possuem de comum. A espécie humana revela que, nos limites do ecúmeno, nada pode separar os povos permanentemente” (idem, p. 352). Reclus afirmara que Mont Blanc “ainda era um dos principais limites políticos da Europa” (RECLUS, 1877: 211) — dando a entender que, um dia, não seria mais.

Em síntese, estamos diante de uma geografia que assume, no encontro do século XIX com o século XX, o que Marie-Claire Robic denominou “a relatividade do espaço-tempo” (ROBIC, 2009), isto é, a consciência do processo de mundialização que progressivamente une os limites tradicionais e contrai o espaço planetário. Em sua época, Ratzel e Reclus estiveram, sem dúvida, entre os geógrafos mais conscientes deste fenômeno.

Conclusão: a importância da geografia para compreender a mundialização

Se a obra de Reclus está inscrita em uma *démarche* política bem conhecida, as finalidades políticas de Ratzel ainda são tema de discussão. Contudo, é interessante notar que vários autores, dentre os

quais Claudio Minca, vêem na noção ratzeliana de fronteira móvel um dos sinais da crise que, no século XX, conduzirá à ruína o sistema conhecido como *jus publicum europeum*. No entanto, apenas décadas depois os geógrafos conseguirão apreender novamente a complexidade desta situação, considerada normalmente como uma das consequências da mundialização. Nas palavras de Minca, “o corpo do Estado ratzeliano caracterizava-se por limites móveis/temporários, situando o geógrafo em claro contraste com a ideologia nacionalista então em vigor” (MINCA, 2006: 396).

Não estamos certos de que tal estado de coisas situe Ratzel em conflito com o nacionalismo. Todavia, é interessante observar a analogia (semântica, pelo menos) entre o atual conceito de biopolítica e a idéia de biogeografia, aspecto central na noção ratzeliana mas que, de acordo com Gerhard Müller (MÜLLER, 1992, 1996), não reteve suficientemente a atenção dos críticos. De fato, isto nos permite posicionar

“Se em Ratzel a fronteira é móvel porque os povos fazem a guerra, ela também o é, segundo Reclus, porque os povos farão a revolução”.

Ratzel na corrente de geógrafos que, na esteira de Ritter e Humboldt, aderiram ao princípio da unidade humana representando as relações entre os povos e seus territórios por meio da metáfora biológica dos organismos interagindo com o meio — o que não significa um determinismo mecanicista. Em Ratzel e em Reclus estamos bem longe de uma geografia limitada à análise e à descrição do presente: eis uma aposta comum a ambos e cujo estudo é importante pois, como destacou Claude Raffestin, estamos diante de um “momento epistemológico” da trajetória disciplinar da geografia (RAFFESTIN, 1990: 8 [1980]). Se conforme Ratzel as fronteiras entre os Estados são o que poderíamos definir, com uma metáfora tomada das ciências físicas, o ponto de equilíbrio homeostático (e cambiante) entre forças opostas, Reclus apóia-se nesta instabilidade para questionar a natureza arbitrária dos limites estatais e administrativos estabelecidos. Se em Ratzel a fronteira é móvel porque os povos fazem a guerra, ela também o é, segundo Reclus, porque os povos farão a revolução. Nos dois casos, estamos diante a uma geografia que, interpretando o mundo, consegue antecipar sua configuração, bem como apreender os complexos desafios da mundialização construindo propostas originais para as questões da política e da sociedade.

Arquivos

Bibliothèque Nationale de France, Nouvelles Acquisitions Françaises, 16798, *Lettres d'Élisée Reclus à Paul Pelet*.

Fontes impressas

KROPOTKIN, Piotr. The Desiccation of Eurasia. *The Geographical Journal*, n. 23, pp. 722-734 (1904).

RECLUS, Elie et Élisée. Introduction. In: Joanne, A. (ed.), *Dictionnaire géographique [...] de la France de l'Algérie et des colonies*. Paris, Hachette (1869).

RECLUS, Élisée. *Nouvelle Géographie Universelle, vol. I, Europe Méridionale*. Paris : Hachette (1876).

- RECLUS, Élisée. *Nouvelle Géographie Universelle, vol. II, la France*, Paris : Hachette (1877).
- RECLUS, Élisée. *Nouvelle Géographie Universelle, vol. V, Russie d'Europe et Scandinavie*, Paris : Hachette (1880).
- RECLUS, Élisée. *Nouvelle Géographie Universelle, vol. X, Afrique Septentrionale : bassin du Nil*. Paris : Hachette (1885).
- RECLUS, Élisée. Introduction. In : Joanne, P. (ed.) *Dictionnaire Géographique et Administratif de la France, vol. VII*. Paris: Hachette (1905).
- RATZEL, Friedrich. *La terra e la vita: geografia comparativa, vol II*. Torino: Unione Tipografico-Editrice (1907) [tr. it. de *Die Erde uns das Leben: eine vergleichende Erdkunde*, Leipzig, Bibliographisches Institut, 1902].
- RATZEL, Friedrich. *Geografia dell'uomo (Antropogeografia): principi d'applicazione della scienza geografica alla storia*. Milano-Torino-Roma: Fratelli Bocca Editori (1914) [tr. it. de *Anthropogeographie: Grundzüge der Anwendung der Geographie auf die Geschichte*, Stuttgart, Engelhorn, 1899, 2e éd.].
- RATZEL, Friedrich. *Géographie Politique*. Genève-Paris: Economica (1988) [tr. fr. de *Politische Geographie*, München/Leipzig, Oldenburg, 1897].
- RITTER, Carl. *Europa, Vorlesungen an der Universität zu Berlin*. Berlin: Georg Reimer (1863).

Bibliografia

- EVA, F. Reclus versus Ratzel: from State Geopolitics to Human Geopolitics. In: Antonsich M., Kolossov V., Pagnini P. (eds.), *On the Centenary of Ratzel's Politische Geographie: Europe between Political Geography and Geopolitics*, Roma, Società Geografica Italiana, pp. 67-78 (2001).
- FARINELLI, Franco. Friedrich Ratzel and the nature of (political) geography. *Political Geography*, n. 19, pp. 943-955 (2000).
- FARINELLI, Franco. *Geografia*. Torino: Einaudi (2003).
- FARINELLI, Franco. L'ultimo degli Erdkunder. In: Schmidt di Friedberg, M. (ed.). *Élisée Reclus, natura e educazione*. Milano: Bruno Mondadori, pp. 34-40 (2007).
- FEBVRE, Lucien. *Europe, genèse d'une civilisation*. Paris: Le grand livre du mois (1999).
- FERRETTI, Federico. *L'Occident d'Élisée Reclus, l'invention de l'Europe dans la Nouvelle Géographie Universelle (1876-1894)*, Universités de Bologne et Paris 1, thèse de

doctorat en géographie sous la direction de M-C. Robic et F. Farinelli, soutenue le 14 février (2011).

GRATALOUP, Christian. *L'invention des continents*. Paris: Larousse (2009).

GUICHONNET, P., Raffestin, Claude. *Géographie des frontières*. Paris: PUF (1974).

KORINMAN, Michael. Friedrich Ratzel, de la géographie politique à la géopolitique. In: Ratzel, Friedrich. *La Géographie politique*. Paris, Fayard, pp. 9-51 (1987).

MERCIER, Guy. Le concept de propriété dans la géographie politique de Friedrich Ratzel (1844-1904). *Annales de Géographie*, n. 555, pp. 595-615 (1990).

MINCA, Claudio. Giorgio Agamben and the new biopolitical *nomos*. *Geografiska Annaler*, 88 B, pp. 387-403 (2006).

MÜLLER, Gerhard. Ratzel et la biogéographie en Allemagne dans la deuxième moitié du 19^e siècle. *Revue d'histoire des sciences*, n. 45, pp. 435-452 (1992).

MÜLLER, Gerhard. *Friedrich Ratzel (1844-1904) : Naturwissenschaftler, Geograph, Gelehrter; neue Studien zu Leben und Werk und sein Konzept der "Allgemeinen Biogeographie"*. Stuttgart: Verlag für Geschichte der Naturwissenschaften und der Technik (1996).

NETTLAU, Max. *Eliseo Reclus: vida de un sabio justo y rebelde, vol. I*. Barcelona: Ediciones de la Revista Blanca (1928).

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. *La formation des Départements, la représentation du territoire français à la fin du 18^e siècle*. Paris: Éditions de l'Ehess (1992).

PELLETIER, Philippe. *Élisée Reclus, géographie et anarchie*. Paris: Éditions du Monde Libertaire (2009).

RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: LITEC (1990 [1980]).

RAFFESTIN, Claude, LOPRENO, Dario, PASTEUR, Yvan. *Géopolitique et histoire*. Lausanne: Payot (1995).

ROBIC, Marie-Claire. De la relativité: Élisée Reclus, Paul Vidal de la Blache et l'espace-temps". In: Bord J.-P., Cattedra R., Creagh R., Miossec J.-M., Roques G (eds.), *Élisée Reclus – Paul Vidal de la Blache: Le Géographe, la cité et le monde, hier et aujourd'hui. Autour de 1905*, Paris: L'Harmattan (2009).

SANGUIN, André-Louis. En relisant Ratzel. *Annales de Géographie*, n. 555, pp. 579-594 (1990).